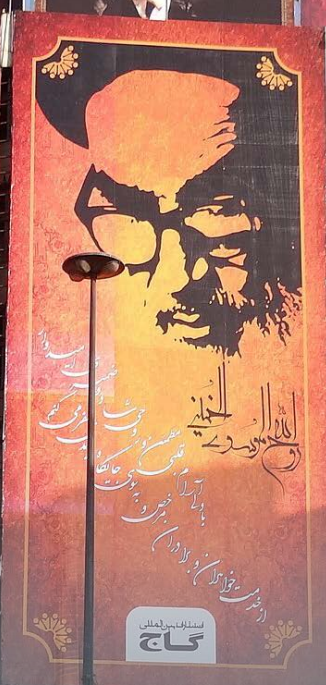




A CONVERGÊNCIA ENTRE IRÃ E OS ESTADOS DO GOLFO E O FUTURO DA CAUSA PALESTINA

Adel Al-Hawatmeh

MEM 
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título: A convergência entre Irã e os Estados do Golfo e o futuro da causa palestina

Fotos de capa: Praça Enqelab, em Teerã, capital do Irã, e centro de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos [Reprodução/Wikimedia/Creative Commons]

Publicado em setembro de 2026.

Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio
Estado de São Paulo, Brasil
www.monitordooriente.com

A CONVERGÊNCIA ENTRE IRÃ E OS ESTADOS DO GOLFO E O FUTURO DA CAUSA PALESTINA

Adel Al-Hawatmeh

Professor assistente do Departamento de
Relações Internacionais e Política Pública
da Universidade de Lusail, Catar.



INTRODUÇÃO

A causa palestina desempenha um papel significativo na formação de relações convergentes e divergentes entre os Estados. Os dois tipos dessas relações podem ser entendidos de forma diferente de acordo com a prioridade da Palestina na sua agenda, isto é, se convergente ou divergente, com ou contra a Palestina. As raízes do conflito israelo-palestino remontam ao início do século passado, principalmente após a Declaração de Balfour de 1917, que concedeu aos judeus o direito de estabelecer um lar nacional na Palestina. Seguiu-se um duplo deslocamento: o êxodo forçado dos palestinos da Palestina e a imigração voluntária de judeus de todo o mundo para a Palestina para estabelecerem seu lar nacional.

Depois veio a declaração do Estado de Israel em 1948, seguida de crimes, massacres, guerras, revoltas e períodos de normalização de relações com alguns Estados árabes, cronologicamente: a guerra de 1967; a guerra de 1948 e a Batalha de Karameh em 1968; a guerra de 1973; os Acordos de Camp David com o Egito em 1979; a Primeira Intifada em 1987; os Acordos de Paz de Oslo com a Autoridade Nacional Palestina em 1993; o Acordo de Wadi Araba com a Jordânia em 1994; a Segunda Intifada em 2000; e as guerras subsequentes contra Gaza, desde a Operação Chumbo Fundido em 2008 até a Operação Pilar de Defesa em 2012; então, as operações Margem Protetora (2014) e Espada de Jerusalém (2021). A Palestina mantém-se ignorada e perdeu apoio tangível em diferentes níveis internacional e regionalmente, sobretudo durante a guerra contra Gaza entre 2023 e 2025.

Pode-se levantar a hipótese de que a normalização, as guerras na Ucrânia e no Irã, um governo de extrema-direita em Israel e uma administração republicana nos Estados Unidos contribuíram para essa perda, e uma falta de cooperação entre os Estados islâmicos e árabes. No entanto, a convergência dos dois atores dinâmicos fundamentais na região, os Estados

do Golfo e o Irã, é altamente provável que desempenhe um papel crucial na reconsideração e revitalização da Palestina, devido a uma potencial abordagem híbrida de apoio que combina apoio político e militar.

Avaliar os potenciais resultados frutíferos da percebida convergência entre os Estados do Golfo e o Irã sobre o futuro da causa palestina exige compreender o peso dos atores, bem como as causas da divergência, para abordar os obstáculos atuais e avançar para a tão desejada convergência. Os potenciais resultados dessa convergência em termos de cooperação econômica, geopolítica e militar, bem como as relações com outros atores como os EUA, a Venezuela e Cuba, reforçam o apoio à Palestina em múltiplos níveis: nacional, regional e internacional. Para isso, esta avaliação da situação se concentra na convergência entre o Irã e os Estados do Golfo e suas implicações para o futuro da causa palestina.



Bandeiras iranianas durante ato contra ataques dos EUA em Teerã, em 18 de setembro de 2026 [Presidência do Irã/Divulgação/Agência Anadolu]

CONTEXTO

Breve historiografia: A causa palestina

A causa palestina tem sido reconhecida como o conflito mais complicado da história recente. Ela começou em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, após o colapso do Império Otomano. A Declaração Balfour, como uma versão atualizada do Acordo Sykes-Picot de 1916, concedeu aos judeus na Palestina e no exterior o direito de estabelecer seu lar nacional na Palestina. O apoio britânico ao novo status não se apoiou meramente em respaldo político, mas incluiu também suporte militar, sendo este último o mais significativo. Sob o guarda-chuva britânico, em paralelo aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha capacitou os judeus a estabelecerem e operarem suas próprias organizações militares na Palestina, tais como Haganah (1920), Irgun (1931), Lehi (1940) e Palmach (1941).

Como resultado, a realidade demográfica, geográfica e política mudou no terreno em favor dos judeus. À medida que a questão se tornou crucial na região, a nova organização da época, a Assembleia Geral das Nações Unidas, adotou o Plano de Partilha da Palestina pelas Nações Unidas (Resolução 181 “II”) em 1947 para dividir o território palestino entre árabes e judeus. Os judeus aceitaram, enquanto os árabes rejeitaram o plano; estes convocaram uma ação militar para reunir toda a Palestina, visto que os árabes eram a maioria. No entanto, os resultados da guerra de 1948 não foram favoráveis, pois mantiveram o controle da Cisjordânia e de Gaza cobrindo apenas 22% do território, em comparação com a resolução da ONU que concedia aos árabes 43%.

Esse resultado inesperado preparou as condições para a proclamação e criação do novo Estado de Israel em 1948. Subsequentes ondas de imigrantes judeus se mudaram para a nova pátria, contribuindo signi-

ficativamente para capacitar o novo Estado a capturar a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a Península do Sinai e as Colinas de Golã em 1967. Por outro lado, Egito e Síria atacaram Israel em 1973, buscando recuperar e devolver esses territórios, objetivo alcançado parcialmente. Consequentemente, uma nova abordagem, apoiada pelos Estados Unidos, resultou no Tratado de Paz Egito-Israel, também conhecido como Acordos de Camp David, em 1979.

No mesmo ano, ocorreu a Revolução Islâmica no Irã, e o novo regime decidiu romper todas as relações diplomáticas e políticas com Israel, passando a apoiar financeira e militarmente os novos movimentos de resistência na Palestina, como a Jihad Islâmica, o Hamas e o Hezbollah. Isso contrastou com a Liga Árabe, que preferiu prestar apoio político, especialmente após os acordos de paz de Oslo entre Israel e a Palestina em 1991. Dessa forma, esses novos desdobramentos moldaram duas abordagens no trato com Israel: o apoio à Palestina focado em aspectos (i) político-econômicos e (ii) militar-financeiros. Ao longo do tempo, essas duas abordagens se enraizaram na política externa do Irã e dos Estados do Golfo, particularmente da Arábia Saudita.

O peso dos atores dinâmicos

O Irã é reconhecido como uma potência regional no Oriente Médio por diversas razões. Ocupa o segundo maior território da região, com mais de 1,65 milhão de km² e mais de 80 milhões de habitantes. Sua localização conecta estrategicamente o Sul e a Ásia Central ao Oriente Médio. Opera o Estreito de Hormuz, por onde passam 50% do consumo global de petróleo e que é utilizado por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Kuwait e outros para exportação. Além da enorme quantidade de petróleo, o Irã possui aproximadamente 30 a 33 trilhões de metros cúbicos de gás natural. Além disso, conta com um programa nuclear pacífico e capacidades militares relacionadas a mísseis balísticos e drones avançados. O

Irã também é membro ativo em organizações internacionais e regionais, incluindo a OPEP.

Os Estados do Golfo, organizados no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), criado em 1981, compreendem seis países (Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Omã, Emirados Árabes Unidos e Bahrein). O CCG é uma organização significativa no Oriente Médio, com população total superior a 63 milhões de habitantes. Possui vastas reservas de petróleo, com produção de petróleo bruto ultrapassando 16 milhões de barris/dia, um PIB promissor de US\$ 2,4 trilhões e mais de US\$ 1,589 trilhão em comércio exterior. Os Estados do Golfo são membros ativos da ONU, da Liga Árabe, da OPEP e da OCI. Sendo a Arábia Saudita o principal ator e mantendo uma relação de altos e baixos com o Irã, dados específicos sobre o país revelam sua importância.

A Arábia Saudita é o maior país do Oriente Médio, com mais de 2,5 milhões de km² e 35 milhões de habitantes. É o maior exportador de petróleo do mundo, detendo aproximadamente 10% das reservas provadas globais, além de imensas reservas de gás. Possui uma localização central que serve de encruzilhada entre a Ásia, a África e a Europa. Diante disso, a Arábia Saudita é um ator dinâmico na região, desempenhando também um papel de liderança no Mundo Islâmico, na OPEP e em organizações internacionais e regionais, especialmente no CCG, além de deter a custódia das duas cidades mais sagradas do Islã, Medina e Meca. Como resultado, é um ator eficaz devido à sua aliança estratégica com os Estados Unidos.

Por outro lado, Israel é designado como um país nuclear, embora mantenha ambiguidade oficial sobre o tema. Possui capacidade militar convencional avançada, aliada a uma parceria estratégica com os Estados Unidos. Israel não se compromete com o direito internacional e não aceita a Resolução 242 da ONU, emitida em 1967, que adota a solução de dois Estados; seu objetivo é converter Israel em um Estado teocrá-

tico judaico. Portanto, as políticas israelenses expandiram os assentamentos na Cisjordânia ocupada e dificultaram significativamente a vida diária dos palestinos, enfraquecendo a Autoridade Nacional Palestina (ANP), deslocando a população indígena de diversas formas e destruindo escolas, hospitais, centros de ajuda humanitária e a infraestrutura da Faixa de Gaza.

Israel cometeu, e segue cometendo genocídio em Gaza, resultando na morte de ao menos 70 mil palestinos, incluindo mais de 20 mil crianças, e deixando mais de 170 mil feridos. Na Cisjordânia, as forças israelenses mataram ao menos 182 palestinos em 2025, totalizando 969 desde 7 de outubro de 2023.



Palestinos resgatam vítimas após bombardeio israelense contra um prédio de seis andares na Cidade de Gaza, em 16 de setembro de 2026.

Entre os cerca de 20 mortos, ao menos cinco crianças
[Abdalkem Abu Riash/Agência Anadolu]

Diante dessa catástrofe, um esforço conjunto é indispensável. Países influentes como os Estados do Golfo e o Irã, apesar de suas rivalidades, diferentes abordagens e divergências sobre múltiplos tópicos regionais, mantêm uma postura firme de apoio à Palestina. Os Estados do Golfo, em especial a Arábia Saudita, propuseram em 2002 a Iniciativa de Paz Árabe, aprovada por países árabes e muçulmanos, a qual estabelecia que, caso Israel aceitasse a Resolução 242 da ONU, eles estariam dispostos a reconhecer Israel e normalizar relações. Contudo, Israel rejeitou a proposta e recusou-se a incluir a Palestina na mesa de negociações.

Devido ao afastamento árabe da causa palestina antes e depois da Iniciativa Árabe, Israel firmou diversos acordos de paz com países árabes e muçulmanos, tais como Egito (1979), ANP (1994), Jordânia (1995), Sudão (2020), Marrocos (2020), Bahrein (2020), Emirados Árabes Unidos (2020), Turquia (1949), Azerbaijão (1992), Kosovo (2021), entre outros. A maioria desses acordos e os Acordos de Abraão foram alcançados estritamente com base nos interesses nacionais dos países signatários, ignorando a questão palestina.

Apesar disso, a Arábia Saudita permanece vinculada à Iniciativa Árabe, reiterando que condiciona a normalização ao aceite israelense da proposta. O Irã, por sua vez, adota uma abordagem distinta de apoio à Palestina, que inclui a dimensão militar. Consequentemente, estabeleceu laços precoces com os movimentos Jihad Islâmica e Hamas na Palestina, bem como com o Hezbollah no Líbano. O Irã reorientou sua política externa para Israel e Palestina após a Revolução Islâmica de 1979, tornando o apoio à Palestina e às populações vulneráveis um princípio permanente de sua atuação diplomática.

Baseando-se em interesses nacionais em detrimento de dogmas ideológicos, os Estados podem praticar o pragmatismo político e adotar a teoria da escolha racional para calcular custos e benefícios — considerando seus interesses, inclusive os de prestígio. Assim, o Irã e os Estados

do Golfo podem superar a rivalidade e trabalhar em estreita colaboração para resolver pendências e tensões, a começar pelo programa nuclear, a compreensão mútua sobre a aliança Golfo-EUA e os Acordos de Abraão, e o apoio iraniano aos Houthis no Iêmen, ao Hezbollah no Líbano e a organizações xiitas no Iraque. Uma abordagem híbrida composta por apoio político, econômico e militar é fundamental para alcançar o equilíbrio de poder no Oriente Médio em relação a Israel, podendo ser eficaz na revitalização da causa palestina em conjunto com o suporte de países latino-americanos, como Venezuela e Cuba.

Por que não há convergência?

Os Estados do Golfo e o Irã são considerados atores-chave na região, detendo ferramentas e poder para influenciar Israel no que tange à causa palestina. Historicamente, observa-se que ambos emergem de dois impérios competidores: o Persa e o Islâmico. Como resultado, disputam a hegemonia e a liderança do Mundo Islâmico há longo tempo. O Irã e os Estados do Golfo, particularmente a Arábia Saudita, enfrentam uma profunda desconfiança mútua, que resultou em múltiplas tensões e conflitos indiretos causados por fatores sob a perspectiva dos Estados do Golfo, tais como o programa nuclear iraniano e suas intervenções em países árabes durante a Primavera Árabe e no Líbano. Por outro lado, o Irã enxerga a aliança dos países do Golfo com os Estados Unidos — que levou ao estabelecimento de bases armadas na região — e a normalização com Israel como políticas direcionadas contra sua segurança.

- **O programa nuclear do Irã**

O programa nuclear iraniano foi lançado durante a era do Shah no âmbito da iniciativa “Átomos para a Paz”, anunciada pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower em 1953, que garantia o uso da energia nuclear para fins pacíficos. A cooperação efetiva com os Estados Unidos começou com o fornecimento de um pequeno reator de pesquisa em

1957, o que posteriormente levou ao Reator de Pesquisa de Teerã e ao estabelecimento do Centro de Pesquisa Nuclear de Teerã em 1967. A relação entre o Irã e os Estados Unidos, que equivalia a uma aliança, facilitou o fluxo de conhecimento nuclear e a cooperação entre os dois países, ao contrário da situação atual. O Irã assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) em 1968 e o ratificou em 1970. A ratificação vincula juridicamente o Estado ao tratado, enquanto a assinatura expressa a intenção de cumpri-lo.

Essa “fase de criação” foi caracterizada por diversos fatores que contribuíram para o rápido desenvolvimento do programa e para a disposição de outros países em participar de sua evolução. Entre esses fatores estavam o compromisso do Irã com os tratados de regulamentação da tecnologia nuclear — visto que a assinatura e ratificação do TNP conferiram credibilidade internacional ao programa nuclear iraniano — e o fato de que as relações entre EUA e Irã estavam em seu melhor momento.

No Irã pós-revolução, o programa nuclear entrou em uma fase diferente, impulsionada por motivações ideológicas. O ex-Líder Supremo, Ayatollah Ruhollah Khomeini, paralisou o programa nuclear iraniano porque o Islã proíbe a produção de armas nucleares devido aos seus efeitos catastróficos para a humanidade e o meio ambiente. Posteriormente, o Irã tentou reativar seu programa nuclear com a assistência da Alemanha, Brasil, Espanha e Paquistão. Para obter urânio, o Irã também precisou estabelecer uma parceria com a África do Sul. O programa continuou a se desenvolver durante as presidências de Rafsanjani (1989–1997) e Mohammad Khatami (1997–2005).

Contudo, o falecido Líder Supremo, Ayatollah Ali Khamenei, expressou sua oposição à aquisição de armas de destruição em massa durante um encontro com acadêmicos iranianos em 2004 e, mais tarde, em uma fatwa formal em 2005, declarando que “a produção, o armazenamento e o uso de armas nucleares são proibidos no Islã, e a República Islâmica do Irã ja-

mais adquirirá tais armas.” As motivações do Irã para desenvolver capacidade nuclear podem ser atribuídas à busca por ganhos políticos, elevação do prestígio, demonstração de poder, consolidação do regime e dissuasão de ameaças externas, particularmente dos Estados Unidos e de Israel. Em 2002, o grupo de oposição iraniano Organização dos Mujahidin do Povo do Irã (PMOI/MEK) revelou que o Irã estava desenvolvendo um programa nuclear em grande escala. Além disso, a CIA relatou que o Irã possuía uma instalação de enriquecimento de urânio em Natanz, 200 milhas ao sul de Teerã, e que o plano iraniano previa a operação de 5.000 centrífugas, o que permitiria ao país produzir urânio altamente enriquecido suficiente para uma bomba nuclear em um período de três a oito anos.



Imagens de satélite da instalação nuclear de Natanz, no Irã,
em 19 de junho de 2025 [NASA/Wikimedia/Divulgação]

Desde então, o programa tornou-se uma das questões mais críticas na comunidade internacional. Em 2003, o principal negociador do Irã, Hassan Rouhani, reuniu-se com o Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohamed ElBaradei, e comprometeu o Irã a cooperar com a agência em relação às suas atividades nucleares passadas. Isso marcou o início de uma fase dramática na história do programa nuclear iraniano, com o início das negociações com Grã-Bretanha, França e Alemanha (o E3), acompanhadas de crescente pressão internacional. Posteriormente, Rússia, China e Estados Unidos juntaram-se ao grupo, formando o E3+3 ou P5+1.

O Irã não cooperou como esperado e, subsequentemente, o Conselho de Segurança emitiu um ultimato ao país, exigindo cooperação séria com a AIEA e a suspensão das atividades de enriquecimento de urânio por meio da Resolução 1696 até agosto. Diante do descumprimento iraniano, a Resolução 1737 foi adotada em dezembro, impondo a primeira rodada de sanções do Conselho de Segurança da ONU ao Irã. Após a vitória de Rouhani em 2013, as negociações do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) intensificaram-se, culminando no acordo nuclear de 2015 entre o Irã e o P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha). A maior parte do mundo acolheu o acordo, incluindo os Estados do Golfo, mas não Israel.

Após a vitória eleitoral do Presidente Trump em 2017, os EUA retiraram-se do acordo em 2018 e reimpuseram todas as sanções norte-americanas. Enquanto as demais partes mantiveram seu compromisso com o acordo, o Irã começou gradualmente a reduzir seus compromissos nucleares em termos de níveis de enriquecimento, operação de centrífugas modernas e redução da cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica.

Os Estados do Golfo sempre expressaram preocupações em relação ao programa nuclear do Irã, defendendo a adesão ao regime de não proliferação. Os Emirados possuem um programa de energia nuclear civil com quatro reatores em plena operação em 2024. Em outro nível, a Arábia Saudita deixou claro que, se o Irã se tornar um Estado nuclear, buscará obter a mesma capacidade. Mais recentemente, a Arábia Saudita assinou um memorando de entendimento com os EUA para cooperação nuclear para fins pacíficos.

A mudança na abordagem americana e israelense em relação ao programa nuclear iraniano — passando da pressão política às sanções, depois ao confronto indireto e à guerra dos petroleiros, culminando na agressão militar direta iniciada entre junho de 2025 e fevereiro de 2026 — pode ser atribuída a diversos fatores, tais como a “ambiguidade nuclear” do Irã, que alimentou um estado persistente de suspeita sobre suas intenções nucleares. Essa ambiguidade baseia-se na descoberta de reatores nucleares secretos, avaliações americanas e israelenses, ineficácia das sanções econômicas para deter o programa, futilidade das negociações (ou, mais precisamente, disparidade entre as exigências americanas e o que é aceitável para o Irã) e a presença de um ator regional sem restrições legais ou militares, movido por ilusões estratégicas e fantasias ideológicas.

A guerra no Irã, atualmente em estado instável entre escalada e desescalada, trouxe repercussões negativas para a região e para a cadeia global de suprimento de energia. Isso exige uma reavaliação da importância do Irã no cumprimento de seus compromissos internacionais sobre enriquecimento, suas relações com os vizinhos, o Estreito de Hormuz e a região. Por outro lado, as demais partes precisam reconsiderar como empregam o poder nas relações internacionais de formas que não violem o direito internacional e os valores humanitários. Isso requer reexaminar os novos padrões nacionais que motivam o uso da força e como internacionalizá-los.

- **A intervenção do Irã no mundo árabe**

Os interesses nacionais iranianos dependem amplamente de três questões centrais que dominam a política externa do país regional e globalmente: o programa nuclear, as relações EUA-Irã e os conflitos regionais em andamento, particularmente com a Arábia Saudita. O interesse nacional do Irã busca alcançar um equilíbrio estratégico com Israel na região por meio de tentativas de projeção de influência. No período pós-Revolução, a política externa iraniana apoiou consistentemente movimentos de libertação e movimentos xiitas, especialmente no Líbano, Iraque, Síria, Bahrein e Iêmen. Vale notar que essa mudança foi impulsionada mais por valores, políticas e narrativas internas do que por considerações materiais. A política externa do Irã é uma mistura de ideologia islâmica e visão revolucionária islâmica combinada com conceitos nacionalistas iranianos e interesses estatais, o que pode permitir ao Irã realizar suas ambições históricas de expansão de influência e domínio na região.

Como parte da onda revolucionária xiita alcançada com a vitória da Revolução Islâmica Iraniana e com a subsequente nova constituição contendo artigos explícitos sobre o “apoio aos oprimidos”, a política externa iraniana trabalhou para fortalecer laços com os movimentos de resistência islâmica na Palestina, onde a Força Quds foi estabelecida. A relação com o movimento Jihad Islâmica começou durante a década de 1980, no início de sua fundação por Fathi Shaqaqi, unificada pelo objetivo comum da continuidade da resistência armada.

O Irã financiou fortemente o movimento com o apoio necessário para resistir a Israel. No contexto palestino, o Irã também apoiou o movimento Hamas, especialmente após a Segunda Guerra do Golfo em 1991, apoio este fortalecido após a criação das “Brigadas Martyr Izz al-Din al-Qasam”. As duas primeiras intifadas ocorreram de 1987 a 1993. O Irã conseguiu construir relações influentes com forças políticas e armadas xiitas iraquianas. A Organização Badr é um exemplo primário; foi formada no

Irã em 1983 como o braço militar do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, recebeu apoio e treinamento da Guarda Revolucionária Iraniana e lutou ao lado do Irã durante a Guerra Irã-Iraque. Após 2003, Badr manteve laços estreitos com o Irã e, após 2014, tornou-se um componente principal das Forças de Mobilização Popular.



Bandeiras do Irã e do movimento libanês Hezbollah durante ato contra ataques dos EUA e de Israel, em Teerã, em 18 de setembro de 2026
[Presidência do Irã/Divulgação/Agência Anadolu]

O segundo período, 2000-2005, desempenhou um papel proeminente no fortalecimento dos laços com a resistência, dados os resultados alcançados, particularmente aqueles que expressavam oposição aos Acordos de Oslo. O apoio militar e logístico iraniano também esteve presente para a resistência durante as guerras movidas por Israel contra a Faixa de Gaza em 2008, 2012, 2014, 2021 e 2023. Além disso, o Irã apoia o Hezbollah desde a invasão israelense de 1982, quando o Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana enviou unidades para o Vale do Bekaa, no Líbano, para reforçar a resiliência do Hezbollah e fornecer o apoio militar e logístico

necessário. O apoio iraniano ao partido foi particularmente evidente durante os ataques israelenses ao Líbano em 1982, 1993, 1996 e 2006. O Hezbollah não teria se tornado uma força tão influente sem o suporte iraniano, que visava estabelecer um “cinturão xiita” estendendo-se do Irã, passando pelo Iraque e Síria, até o Líbano.

O caos desencadeado pela Primavera Árabe criou um terreno fértil para a presença iraniana na Síria e no Iêmen. As comunidades xiitas nesses países forneceram ao Irã um ponto de apoio expansionista. A importância estratégica desses dois países é inegável, particularmente sua potencial influência sobre o Estreito de Bab el-Mandeb, uma passagem marítima vital que conecta o Mar Vermelho ao Golfo de Áden e ao Oceano Índico, sendo um portal crucial para o suprimento de energia para a Europa e América (aproximadamente 8,8 milhões de barris de petróleo por dia, representando mais de 10-12% do comércio global). O Irã formou milícias xiitas com combatentes do Paquistão, Afeganistão e Líbano para apoiar o regime sírio sob várias denominações, como a Brigada Fatemiyoun e a Brigada Zainabiyoun.

Também estabeleceu as Forças de Defesa Nacional da Síria como uma força paralela ao exército regular sírio, semelhante às Forças de Mobilização Popular que apoiou no Iraque, ambas diretamente ligadas a Qassem Soleimani, ex-comandante da Força Quds. O Irã tentou estender sua influência por meio de acordos de exploração de petróleo e gás e via educação, religião, cultura e infraestrutura, estabelecendo centros religiosos, escolas e outras instituições de caráter confessional.

Além disso, o Irã apoiou os Houthis no Iêmen após a tomada de Sanaa em 2014, um movimento que contribui para expandir a influência iraniana e criar uma ameaça constante à Arábia Saudita a partir do sul. O Irã armou os Houthis com mísseis balísticos, como Shahed-136, Burkan-4, Shahab-3, Khaybarshakan e Fateh-110, além de drones, que impactaram significativamente a estabilidade da região, incluindo o setor energético e

correlatos. Essa relação entre os Houthis e o Irã é o aspecto mais crítico de qualquer convergência potencial no futuro, pois os Houthis representam uma ameaça real à Arábia Saudita, tendo atacado e danificado instalações da Aramco, a maior empresa petrolífera do mundo.

- **A aliança EUA-Golfo e os Acordos de Abraão**

A presença americana no Golfo Pérsico começou durante a Guerra Fria devido à importância estratégica do petróleo do Golfo para os Estados Unidos. Os EUA cultivaram relações de segurança estreitas com monarquias árabes conservadoras, ao mesmo tempo em que contavam com o Irã sob Mohammad Reza Shah após a retirada da Grã-Bretanha da região em 1971. Após a Revolução Islâmica, essa situação mudou fundamentalmente, com o Irã passando de aliado próximo a principal rival regional. Consequentemente, impulsionadas pela Doutrina Carter de 1980, as relações EUA-Arábia Saudita visaram adotar uma estratégia destinada a isolar o novo regime no Irã. Essa parceria estratégica com os Estados do Golfo fortaleceu-se ao longo das décadas de 1980 e 1990 e no período pós-2003, após os ataques de 11 de setembro de 2001 e a invasão do Iraque.

Após a invasão do Kuwait, a Guerra do Golfo de 1991 levou milhares de tropas americanas para a Arábia Saudita. Com a invasão do Iraque em 2003, o Irã viu-se cercado por forças e bases americanas no Iraque, Bahrein, Afeganistão, Kuwait e Catar. Os formuladores de políticas iranianos consideravam essas implantações militares desproporcionais às necessidades de segurança do Golfo, avaliando que seu objetivo real servia a metas mais amplas de isolamento, dissuasão e vigilância contra o Irã. Consequentemente, o Irã passou a ver a aliança EUA-Arábia Saudita não simplesmente como uma parceria defensiva normal, mas como uma estratégia projetada para contê-lo, não apenas capacitando a Arábia Saudita com capacidade defensiva de dissuasão.

Além disso, o Irã enxerga os Acordos de Abraão como uma abordagem complementar que contribui para o objetivo principal de contenção iraniana. Entendeu os Acordos entre Israel, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Marrocos e Sudão amplamente como uma coligação voltada contra si, mais do que meros laços diplomáticos — pois, sob sua ótica, significam a expansão da cooperação de defesa e inteligência, participação conjunta em exercícios militares e presença armada de Israel no Golfo. Embora a Arábia Saudita ainda não tenha aderido formalmente às negociações, havia indícios de que o faria; contudo, a guerra em Gaza adiou ou cancelou os planos. A eventual adesão da Arábia Saudita aos Acordos de Abraão representaria um impacto fundamental na causa palestina. Como o então rei saudita, Abdullah Bin Abdulaziz, adotou a Iniciativa Árabe de 2001, condicionando a normalização com Israel à solução de dois Estados, o reconhecimento e a normalização sem um Estado palestino significariam o abandono e a liquidação da causa.

Dadas essas visões divergentes, animosidades e obstáculos, podem os dois principais atores — Irã e Estados do Golfo — superar seus conflitos e divergências e buscar a cooperação e a convergência em prol da Palestina? Apesar das divergências, a convergência é possível. De fato, existem vários pontos em comum entre os Estados do Golfo e o Irã. Por exemplo, ambos pertencem ideologicamente ao Islã. A religião, apesar das diferenças secundárias entre sunitas e xiitas, sempre desempenhou um papel significativo na união de rivais. Sendo uma questão islâmica, a Palestina é considerada uma bússola que direciona e guia as relações entre os países muçulmanos. Os laços religiosos permanecem vivos e vitais mesmo em momentos de conflito complexo. Por exemplo, os iranianos têm o direito de visitar Meca e Medina para peregrinação e culto; consequentemente, arranjos e cooperação entre a Arábia Saudita e o Irã são essenciais.

Além disso, a geografia é um fator permanente que pode moldar cooperação, confrontação ou ambas. O Irã e os Estados do Golfo são vizinhos, compartilhando mais de 1.700 km de fronteiras marítimas, o que pode

aumentar o potencial de destruição grave para ambos os lados; portanto, a geografia desempenha um papel significativo no desenho das relações entre o Irã e os Estados do Golfo. Por exemplo, eles compartilham o Estreito de Hormuz, bem como algumas reservas de petróleo e gás natural. Essa interdependência torna a cooperação e a competição inevitáveis.

O Irã e os Estados do Golfo compartilham o campo de gás South Pars/North Dome (Irã–Catar), campos compartilhados com os Emirados (campo Foroozan–Marjan) e com a Arábia Saudita (Arash, no Irã, e Durra, Arábia Saudita–Kuwait), além do comércio com Emirados, Catar e Omã. Ademais, há elos sociais entre Irã e Golfo, já que algumas famílias destes têm raízes no Irã. Com base nisso, todos os Estados se veem forçados a refletir e agir racionalmente, reavaliando suas abordagens e considerando a teoria da escolha racional para promover a paz, a estabilidade e a prosperidade econômica.



Petroleiros iranianos aguardam passagem na costa de Bandar Abbas,
no estreito de Hormuz, em 9 de setembro de 2026
[Fateme Bahrami/Agência Anadolu]

BALANÇO: ABORDAGEM HÍBRIDA E O FUTURO DA CAUSA PALESTINA

A Palestina necessita de todas as formas de apoio. Como existiram praticamente dois governos na Palestina por muito tempo — o Hamas em Gaza e a Autoridade Nacional Palestina (ANP) na Cisjordânia —, dois tipos de apoio foram prestados. Enquanto o Irã apoiou os grupos de resistência financeira e militarmente, os Estados do Golfo forneceram apoio financeiro e político à ANP; ambos os apoios, porém, foram concedidos de forma separada e, por vezes, utilizados em rivalidade competitiva — entre o Irã e os Estados do Golfo de um lado, e o Hamas e a ANP de outro.

Agora, após o alcance de um acordo sobre a guerra de Gaza, a situação torna-se complexa para os esforços de reconstrução, mas mais favorável para esforços políticos unificados para superar a narrativa que culpa o Hamas e outras organizações de resistência por serem os principais obstáculos ao projeto nacional palestino, à solução de dois Estados e à ajuda internacional. Uma abordagem híbrida de apoio à Palestina — envolvendo organizações internacionais, aspectos políticos, financeiros e militares — entregará, em última análise, resultados eficazes para a causa palestina nos níveis nacional, regional e internacional.

Escala nacional

No nível nacional, uma convergência bem-sucedida entre o Irã e os Estados do Golfo promove diversas pautas, tais como a reconciliação nacional, a reconstrução de Gaza, a libertação de prisioneiros e a interrupção da construção de assentamentos que fragmentam os territórios palestinos na Cisjordânia. Tais conquistas constituirão uma base sólida de progresso para a etapa seguinte de estabelecimento do Estado palestino. Manter duas abordagens distintas para libertar a Palestina em um sentido amplo

— incluindo o estabelecimento do Estado —, patrocinadas por duas potências competidoras, pode ser um obstáculo para atingir esse objetivo. A divergência entre os próprios palestinos decorre de suas diferentes visões sobre o futuro do país.

Essa divergência enraizou-se intrínseca, ideológica e institucionalmente. Em estágios iniciais, todas as organizações palestinas compartilhavam dos mesmos princípios nacionais e da crença na resistência a Israel por todos os meios, inclusive militares. Contudo, isso não durou; posteriormente, emergiu uma divergência sobre como percebiam o interesse nacional palestino — isto é, qual a melhor abordagem para alcançá-lo. Alguns grupos, como o Movimento de Libertação Nacional Palestino (Fatah), alteraram sua abordagem de resistência e aceitaram integrar o chamado processo de paz. Subseqüencialmente, junto a outras facções, assinaram os Acordos de Paz de Oslo em 1993, reconhecendo Israel.



Premiê israelense Yitzhak Rabin e líder palestino Yasser Arafat apertam as mãos sob os auspícios do presidente dos EUA Bill Clinton, após assinatura dos Acordos de Oslo, na Casa Branca, em 13 de setembro de 1993
[Presidência dos EUA/Wikimedia/Divulgação]

Por outro lado, organizações de resistência como o Hamas e outras não aprovaram tais termos. Desde então, a disputa entre os palestinos assumiu diferentes formas e níveis. Para evitar o agravamento, países árabes, incluindo Egito, Jordânia e os Estados do Golfo, incentivaram os palestinos a engajar-se em um diálogo nacional para unificar sua posição. Isso levou, com o tempo, à aceitação por parte das organizações de resistência em participar das segundas eleições para o Conselho Legislativo Palestino (CLP) em 2006. Como resultado, o Hamas conquistou 74 dos 132 assentos, formando o governo. Após um ano de competição, dificuldades econômicas, pressão internacional e desconfiança mútua, ocorreu uma ruptura política entre o Hamas e a ANP, culminando com a tomada de controle total de Gaza pelo Hamas em junho de 2007.

Desde então, essa divergência foi institucionalizada em estruturas formais: a Autoridade do Hamas na Faixa de Gaza e a ANP na Cisjordânia. O fosso entre os palestinos ampliou-se, apesar dos grandes esforços nacionais e internacionais para a reconciliação. Considerando os recentes desdobramentos em Gaza quanto à destruição causada pela guerra, o plano de paz e o afastamento do Hamas da governança da Faixa, isso não significa o fim dessa profunda disputa. Ideologicamente, a resistência como ideia e abordagem está enraizada no coração e na mente dos palestinos, permanecendo viva como um conceito que não se vincula exclusivamente ao Hamas.

Capacitar os palestinos para resistir a Israel exige esforços de reconstrução de Gaza, dependentes de suporte financeiro, logístico e político. Gaza sofre de uma crise humanitária sem precedentes, incluindo a destruição do sistema de saúde, dos serviços de água e eletricidade, das instituições educacionais, além da fome e proliferação de doenças. Financiar e manter o processo de reconstrução exige apoio regional e internacional não apenas financeiro, mas político, garantindo que a nova infraestrutura não seja atacada novamente por Israel. Esta é uma grande preocupação dos doadores regionais e internacionais que pode atrasar ou limitar os es-

forços esperados, considerando experiências passadas. O processo exige compromissos de ambos os lados — Israel e grupos armados — para evitar a escalada militar.

Outra questão essencial neste nível é a dos prisioneiros. Uma das principais causas da Operação Dilúvio de Al-Aqsa foi a libertação de prisioneiros palestinos. Desde a sua fundação em 1987, o Hamas manteve profundo envolvimento com a causa dos prisioneiros — muitos dos quais são seus próprios membros —, enxergando-a como um aspecto crucial do conflito com a ocupação israelense. O Hamas demonstrou capacidade de negociação nessa pauta, notadamente no acordo de troca de prisioneiros de 2011, conhecido como Wafa al-Ahrar (Lealdade aos Livres), que garantiu a libertação de mais de 1.027 prisioneiros palestinos em troca do soldado israelense Gilad Shalit, em uma das maiores trocas de prisioneiros com Israel.

A questão dos prisioneiros sempre foi uma das pautas humanitárias e políticas mais complexas e contenciosas no conflito palestino-israelense. As autoridades de ocupação israelenses empregam políticas sistemáticas e repressivas no tratamento aos prisioneiros palestinos, particularmente às mulheres. Essas políticas incluem a expansão do uso da detenção administrativa sem julgamento, tortura física e psicológica — especialmente durante interrogatórios para extrair confissões ou coagir detentos a admitirem crimes que não cometeram —, longos períodos de isolamento solitário, negligência médica deliberada que levou à morte de diversos detentos, e a negação de visitas familiares.

Numerosos relatórios de organizações internacionais de direitos humanos, como Human Rights Watch e B'Tselem, documentaram o uso de métodos coercitivos de interrogatório por parte de Israel, representando uma violação flagrante da Quarta Convenção de Genebra. No movimento de resistência palestino, a atuação não era domínio exclusivo dos homens; as mulheres palestinas foram consideradas parceiras na luta de

libertação, igualando-se aos combatentes masculinos. As mulheres adotaram formas de resistência que as transformaram em revolucionárias, combatentes e alvos de prisão.

Os valores e ideologias predominantes colocam as mulheres em posição de alta estima social, onde proteger e defender a honra do indivíduo é considerado um requisito de dignidade e altivez. Após a campanha israelense que visou dezenas de menores e mulheres, o movimento convenceu-se da necessidade de uma resposta militar. Assim, na consciência popular, a Operação Tempestade de Al-Aqsa tornou-se uma resposta retaliatória e legítima contra as práticas israelenses que desconsideravam valores e o direito internacional humanitário. Esse nível nacional conecta-se ao nível regional, complementando os esforços de contraponto às políticas de Israel.



Militante palestino do Hamas durante Operação Tempestade de Al-Aqsa, no colonato israelense de Alumim, no chamado envelope de Gaza, em 7 de outubro de 2023 [Wikimedia/Reprodução/Creative Commons]

Escala regional

A convergência entre o Irã e os Estados do Golfo no nível regional é significativa. Este nível serve como terreno intermediário entre o nacional e o internacional, podendo atuar de forma eficaz para unificar esforços em prol da causa palestina. Especificamente, pode abordar de forma positiva questões que envolvem o fortalecimento do papel de grupos armados regionais — como Hezbollah e Houthis — e da ANP, bem como o papel da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), alcançando, em última análise, um equilíbrio de poder frente a Israel.

Atores não estatais tornaram-se recentemente agentes altamente eficazes no cenário global. Teoricamente, o construtivismo argumenta que, embora o Estado seja a unidade principal na ordem internacional, os atores não estatais são cruciais. A ANP, o Hezbollah, o Hamas e os Houthis foram apresentados anteriormente; contudo, neste ponto, o foco recai sobre eles sob a ótica das alianças conectadas aos Estados do Golfo e ao Irã. Enquanto Hezbollah, Hamas e Houthis possuem capacidade de resistir e infligir danos a Israel, a ANP mantém um acordo de paz com Israel e forte conexão com os Estados do Golfo, particularmente com a Arábia Saudita.

No trato com Israel, os palestinos são representados por dois corpos institucionais com dois caminhos distintos: o caminho político via ANP, e a via de resistência armada representada pelo Hamas. Conforme mencionado, devido às diferenças ideológicas e de patrocinadores, esses dois caminhos exercem pressão sobre Israel de forma separada. Pode-se inferir que, caso essas duas vias se unam, elas serão substancialmente mais eficazes, gerando resultados mais frutíferos.

Adicionalmente, outros grupos regionais podem exercer pressão significativa sobre Israel em prol da Palestina, como o Hezbollah e os Houthis, conforme demonstrado recentemente durante a guerra em Gaza. Por outro lado, devido aos arranjos de segurança e parcerias decorrentes dos

Acordos de Oslo entre Israel e Palestina, a ANP também pode pressionar Israel caso suspenda a cooperação de segurança. Tais ações podem ser coordenadas quando a causa palestina estiver em jogo, a pedido dos patrocinadores regionais. Assim, a convergência entre o Irã e os Estados do Golfo é determinante no nível regional para coordenar esforços que englobem aspectos políticos e militares.

Nesse nível, entidades regionais como a Organização da Cooperação Islâmica (OCI) são vitais para esforços conjuntos de apoio à Palestina. O foco aqui recai sobre a OCI, da qual o Irã é membro — ao contrário da Liga Árabe. A OCI foi fundada em 1969 após os ataques à Mesquita de Al-Aqsa, o que demonstra como a Palestina é a razão primordial de sua criação. A organização visa fortalecer a solidariedade e a cooperação entre os Estados muçulmanos nas esferas política, econômica, social, ambiental e cultural, mantendo sua sede em Jidá, Arábia Saudita, desde 1970. É composta por 57 Estados-membros, incluindo o Irã e os Estados do Golfo.

A organização sempre defendeu as resoluções da ONU relativas à Palestina. É a segunda maior organização intergovernamental do mundo, representando mais de 1,5 bilhão de muçulmanos e buscando proteger seus interesses e resolver conflitos por meio do diálogo, em cooperação com órgãos como as Nações Unidas. Possui também um comitê permanente dedicado a Al-Quds (Jerusalém). O Programa de Ação OCI-2025 classificou “A Palestina e Al-Quds” como prioridade máxima, declarando:

“ A ocupação israelense dos territórios palestinos e árabes é uma questão central para a OCI. Encerrar essa ocupação e garantir uma solução abrangente para a questão da Palestina, de acordo com as resoluções relevantes da ONU e outros instrumentos e iniciativas internacionais e regionais, permanece, portanto, no topo da agenda da OCI. ”

Nesse contexto, a OCI pode atuar de duas maneiras: trabalhando eficazmente para sanar disputas e conflitos entre os próprios Estados muçulmanos — incluindo o Irã e os Estados do Golfo —, unindo-os para superar divergências. Caso a OCI obtenha sucesso em construir tais relações, a posição islâmica na defesa da causa palestina será fortalecida. Em 1981, a OCI exigiu de seus membros a adesão ao boicote econômico a Israel; continuou a emitir resoluções em favor da Palestina, como na cúpula de 2016, que aprovou a proibição absoluta de produtos originários de assentamentos ilegais israelenses.

A OCI recebeu forte suporte da Arábia Saudita no tocante à causa palestina e à mediação de conflitos entre partes árabes e islâmicas. O apoio saudita marcou uma fase significativa da organização. O Irã, por sua vez, após a Revolução Islâmica de 1979, manteve uma relação por vezes crítica com a OCI; contudo, juntamente com outros países, contribuiu significativamente para difundir os valores da organização no cenário internacional durante a era Khatami, especialmente na cúpula de 1997 em Teerã, onde o Irã ocupou a presidência. O Irã apresentou uma abordagem construtiva baseada na cooperação e na confiança por meio da promoção do “Diálogo entre Civilizações”.

A causa palestina mantém posição de destaque tanto para o Irã quanto para a OCI. Na agenda da organização, o Irã, em colaboração com outros Estados — em especial a Arábia Saudita —, buscou desempenhar um papel construtivo sobre a Palestina, dado o caráter central da pauta em sua política externa. O Irã pode construir uma base comum com os Estados do Golfo ao adotar um tom conciliatório e políticas integradas, como fez na era Khatami, quando os países do Golfo saudaram os resultados da cúpula. Arábia Saudita, Bahrein e Emirados responderam positivamente ao discurso de Khatami e ao encontro inédito de líderes regionais no Irã. Na ocasião, Khatami conversou com os ministros das Relações Exteriores do Bahrein e dos Emirados (Sheikh Rashid Abdullah al-Nuaimi) visando à resolução pacífica de disputas territoriais.

Alinhados aos objetivos fundamentais da Organização, os Estados do Golfo, especialmente a Arábia Saudita, promovem a solidariedade e a cooperação em prol da causa palestina e da paz internacional em sintonia com a ONU. Durante a Operação Dilúvio de Al-Aqsa, a Arábia Saudita, na condição de presidente da Cúpula Islâmica, solicitou uma reunião extraordinária de ministros das Relações Exteriores em 18 de outubro de 2023. A OCI condenou as operações militares de Israel, rejeitou o deslocamento forçado de palestinos e exigiu um cessar-fogo humanitário imediato. A OCI emitiu uma resolução na 15ª Sessão da Cúpula em 2024, na Gâmbia (Organização da Cooperação Islâmica, 4–5 de maio de 2024), que reafirmou:

“ [...] nossa posição inabalável e de princípios sobre a Causa da Palestina e Al-Quds Ash-Sharif, nossa condenação da brutal agressão israelense contra o povo palestino, e a necessidade de enfrentar e deter essa agressão, encerrando todas as práticas ilegais israelenses que perpetuam a ocupação colonial e privam o povo palestino de seus direitos, especialmente o direito à autodeterminação, liberdade e independência, reafirmando a necessidade de tomar medidas práticas contra Estados que minem o status histórico, legal e religioso existente da Cidade de Al-Quds Ash-Sharif ou contribuam para consolidar a ocupação e colonização israelense da cidade. ”

Assim, pode-se argumentar que a convergência entre o Irã e os Estados do Golfo por meio de organizações regionais como a OCI e a coordenação referente a atores não estatais como o Hezbollah e os Houthis gera um alto nível de cooperação regional em apoio à causa palestina.

Escala internacional

A história demonstra que alianças internacionais e alinhamentos de política externa não são permanentes nem fixos. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Aliados vitoriosos incluíam Estados Unidos, União Soviética e China, enquanto Alemanha e Japão figuravam entre as nações derrotadas. Contudo, em menos de uma década após o fim do conflito, Japão e Alemanha Ocidental tornaram-se aliados próximos dos Estados Unidos, enquanto a União Soviética e a China emergiram como seus principais rivais estratégicos. Da mesma forma, embora os Estados Unidos tenham inicialmente decidido não enviar tropas para apoiar o esforço de guerra francês no Vietnã, em 1968 mais de 500.000 soldados americanos lutavam ali, enquanto a França havia se tornado uma das críticas mais veementes da intervenção militar americana (Jacobson e Zimmerman, 2008). Esses exemplos ilustram que mudanças em alianças e orientações estratégicas são características comuns da política internacional, impulsionadas sobretudo por transformações nos interesses nacionais.

Na política internacional e na formulação de diretrizes externas, a incerteza, os desdobramentos imprevistos e a alteração de alianças são as forças primárias que influenciam o comportamento dos Estados. Os Estados priorizam a sobrevivência sobre a prosperidade; consequentemente, reavaliam constantemente suas parcerias estratégicas em resposta a ameaças e oportunidades emergentes. Além disso, Estados racionais formulam suas políticas externas com base no interesse próprio, guiados por cálculos estratégicos e pressupostos teóricos sólidos. Portanto, mudanças em alianças e coligações regionais são traços inerentes à política internacional, e não eventos excepcionais.

Nesse contexto, a convergência entre o Irã e os Estados do Golfo tem o potencial de reduzir tensões regionais e criar oportunidades para cooperação diplomática em diversos conflitos, incluindo a questão palestina. No entanto, destaca-se que a sustentabilidade desse reaproximamento

depende de confiança mútua, medidas de construção de confiança e interesses de segurança compartilhados. Da mesma forma, embora vários Estados do Golfo tenham fortalecido laços com Israel por meio dos Acordos de Abraão, a causa palestina continua a ocupar um lugar central em sua legitimidade regional e política externa. Assim, qualquer reaproximamento entre os Estados do Golfo e o Irã tende a reforçar o apoio diplomático internacional à causa palestina, mantendo-se, contudo, delimitado por considerações de segurança nacional, interesses econômicos e relações estratégicas com os Estados Unidos e Israel. Os Estados do Golfo continuam a apoiar os direitos palestinos; no entanto, suas políticas tornaram-se crescentemente pragmáticas e guiadas por interesses nacionais em vez de compromissos ideológicos.

Em suma, a convergência entre os Estados do Golfo e o Irã tende a gerar implicações positivas para a causa palestina. O entendimento contínuo e a cooperação entre essas partes podem pavimentar o caminho para um avanço diplomático na abordagem da questão palestina no cenário internacional. Em outras palavras, essa convergência tem o potencial de reformatar o panorama político internacional em torno do conflito, influenciando as políticas e cálculos de atores globais decisivos.

As sanções econômicas e o contraponto à hegemonia dos EUA são elementos fundamentais que aproximam Venezuela, Cuba e Irã. Suas políticas são, de certa forma, convergentes em múltiplos tópicos regionais e internacionais, incluindo a causa palestina. Países latino-americanos, em particular Venezuela e Cuba, têm apoiado consistentemente a Palestina desde o início do conflito. Venezuela e Cuba mantêm dependência mútua nos planos político e econômico. Paralelamente, possuem relações relativamente boas com os Estados do Golfo. Contudo, manter o equilíbrio entre os Estados do Golfo e o Irã é um desafio para diversos países, incluindo superpotências como China e Rússia.

Cuba permanece como um pilar de apoio à Palestina. Foi o primeiro país do hemisfério ocidental a reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e serviu como centro de formação educacional para milhares de palestinos. O governo cubano votou a favor da Resolução 3379 da Assembleia Geral da ONU, que definia o sionismo como uma forma de racismo. O país oferece um modelo de solidariedade internacional que perpassa mais de sessenta anos de embargo. Da mesma forma, na Venezuela, o Movimento Bolivariano utilizou consistentemente sua riqueza petrolífera e plataforma diplomática para apoiar a Palestina, opondo-se aos Acordos de Abraão e afirmando que “a causa palestina é uma questão humanitária universal”, estabelecendo uma barreira contra a tendência de liquidação dos direitos palestinos.

Para os palestinos, o apoio venezuelano representa uma salvaguarda para evitar o silenciamento de sua causa em fóruns internacionais. Diante de duplos padrões entre o Norte e o Sul global, e após a remoção de Karim Khan — Promotor do Tribunal Penal Internacional (TPI) que solicitou mandados de prisão em maio de 2024 contra o Primeiro-Ministro israelense Benjamin Netanyahu —, a Venezuela retirou-se do tribunal acusando-o de “parcialidade”.

Os Estados do Golfo mantêm, em geral, relações mais pragmáticas e focadas no âmbito econômico com a América Latina. A relação da Venezuela com os Estados do Golfo foi primariamente influenciada por sua posição como grande produtora de petróleo e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O setor energético estabeleceu cooperação entre a Venezuela e os Estados do Golfo por meio dos mecanismos da OPEP — especialmente com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos — em temas relacionados à coordenação de produção, estabilidade do mercado petrolífero e governança energética global. As relações entre Venezuela, Cuba e os Estados do Golfo desenvolveram-se em contextos geopolíticos distintos, moldados por orientações ideológicas, interesses energéticos e mudanças na competição de poder global.

Por outro lado, a relação de Cuba com os Estados do Golfo tem sido relativamente limitada, mas expandiu-se gradualmente por canais diplomáticos e econômicos. Cuba adotou uma política externa propositiva em relação aos países do Golfo, buscando oportunidades econômicas em setores como turismo, saúde e investimentos. Os Estados do Golfo, particularmente Catar e Emirados, engajaram-se com Cuba por meio de ajuda humanitária, projetos de desenvolvimento e intercâmbios econômicos. Consequentemente, essa convergência e proximidade entre Venezuela, Cuba, Irã e os Estados do Golfo são essenciais para ampliar a solidariedade com a Palestina.

A convergência entre os Estados do Golfo e o Irã pode alterar fundamentalmente a perspectiva dos Estados Unidos sobre o conflito israelense-palestino. Esse alinhamento pode incentivar os formuladores de políticas americanos a reavaliarem a narrativa de ameaça existencial que moldou a política dos EUA em relação a Israel por décadas. Se o Irã — um apoiador dos movimentos de resistência palestinos — alcançar um entendimento duradouro com os Estados do Golfo — que ainda endossam a Iniciativa de Paz Árabe —, demonstrará que as rivalidades regionais não são intratáveis e que a diplomacia permanece uma opção viável para resolver conflitos históricos.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos estão cada vez mais preocupados em gerenciar sua competição estratégica com a China e se preparar para potenciais confrontos na região do Indo-Pacífico. Consequentemente, Washington pode ver a convergência entre os Estados do Golfo e o Irã como uma oportunidade para proteger seus interesses, promovendo a estabilidade no Golfo e no Oriente Médio expandido. Além disso, a tradicional fórmula “petróleo por segurança” evoluiu gradualmente à medida que os Estados Unidos se tornaram um dos maiores produtores e exportadores de energia do mundo, reduzindo — embora não eliminando — sua dependência dos suprimentos de energia do Oriente Médio.

Por outro lado, a Rússia permanece focada em proteger sua esfera de influência estratégica e conter a expansão da OTAN, que considera um desafio direto à sua segurança nacional. No entanto, a melhoria das relações entre o Irã — um dos parceiros regionais mais próximos da Rússia — e os Estados do Golfo pode incentivar Moscou a desempenhar um papel diplomático mais ativo na promoção de uma solução pacífica de dois Estados para o conflito israelense-palestino. Além disso, a presença de uma grande comunidade judaica russa em Israel fornece à Rússia um canal adicional de influência na política interna e externa israelense, embora a extensão dessa influência não deva ser superestimada.



Exercício do exército polonês às vésperas de feira da OTAN, em Nowa Deba, em 7 de setembro de 2026. A província de Subcarpácia, onde se realizou o exercício, faz fronteira com a Ucrânia
[Artur Widak/Agência Anadolu]

A União Europeia também desempenha há muito tempo um papel crucial no apoio à Autoridade Palestina, promovendo o desenvolvimento econômico e auxiliando na construção de instituições nos territórios palestinos ocupados. Se a convergência entre os Estados do Golfo e o Irã continuar, a UE poderá encontrar maior espaço político para complementar seu engajamento econômico com iniciativas diplomáticas mais eficazes, visando alcançar um acordo político abrangente — isto é, uma transição da paz econômica para a paz política.

Além disso, após a catástrofe humanitária e o genocídio em Gaza, vários governos europeus expressaram maior disposição para apoiar esforços renovados em direção ao estabelecimento de um Estado palestino. O fortalecimento da cooperação entre a UE e seus parceiros do Golfo reforçaria os esforços internacionais para mobilizar as Nações Unidas, o Conselho de Segurança e outras organizações internacionais a apoiarem uma paz negociada com base no direito internacional e nos direitos legítimos do povo palestino.

Outro ator relevante é a China, cujo crescimento econômico de longo prazo depende significativamente de suprimentos estáveis de energia do Irã e dos países do Golfo, possuindo um forte interesse estratégico em manter a estabilidade em todo o Oriente Médio. Consequentemente, Pequim está bem posicionada para se tornar um ator diplomático importante no avanço de iniciativas internacionais relativas à questão palestina. Um reaproximamento bem-sucedido entre o Irã e os Estados do Golfo também poderia incentivar a China a revitalizar seus esforços de mediação visando promover a reconciliação nacional palestina, particularmente facilitando o diálogo entre os movimentos palestinos, nomeadamente Fatah e Hamas. Tais esforços poderiam contribuir para fortalecer a unidade política palestina, que permanece como um pré-requisito essencial para qualquer processo de paz futuro e para a construção do Estado da Palestina.

No nível internacional, uma convergência bem-sucedida entre o Irã e os Estados do Golfo tende a criar um ambiente mais propício para a diplomacia multilateral, fortalecendo o apoio à solução de dois Estados e à UNRWA. As Nações Unidas, o Banco Mundial e órgãos judiciais internacionais podem alavancar esse ambiente regional favorável para avançar nos esforços de resolução de conflitos, reconstrução pós-conflito e consolidação do Estado palestino. De forma mais ampla, muitos atores internacionais interessados em encerrar o conflito israelense-palestino tendem a ver essa convergência como uma oportunidade para mitigar uma das principais fontes de instabilidade no Oriente Médio. Aproximar o conflito de uma solução política não apenas contribuiria para a estabilidade regional, mas também poderia aliviar tensões geopolíticas mais amplas que afetam a paz e a segurança internacionais. Essa nova aliança regional poderia, assim, enfraquecer justificativas políticas tradicionalmente utilizadas para resistir a iniciativas de paz abrangentes, fortalecendo o impulso em direção a um acordo negociado baseado na legitimidade e no direito internacional.

CONCLUSÃO

A causa palestina sempre foi uma questão de justiça e libertação. Ela também foi influenciada por divergências e convergências entre os principais atores mundiais. Regionalmente, a Palestina recebe apoio militar e financeiro do Irã, e suporte político e financeiro dos Estados do Golfo. Esse apoio pode ser verdadeiramente eficaz se prestado de forma conjunta. A convergência potencial entre os Estados do Golfo e o Irã pode ser alcançada independentemente de suas disputas sobre temas como o programa nuclear iraniano, as intervenções no mundo árabe, a aliança Golfo-EUA e os Acordos de Abraão. Elementos comuns entre eles — como o Islã, a geopolítica e os benefícios mútuos — tendem a prevalecer. Os resultados dessa convergência potencial podem impactar positivamente os níveis nacional, regional e internacional em prol do fortalecimento da Palestina.

Referências

1. Al Jazeera. (2026, July 24). Venezuela to exit International Criminal Court, accusing it of “bias.”
2. Amusan, L., & Oyewole, S. (2016). Iran’s national interest and the geo-strategic imperative. *Geopolitica: Rivista Semestrale dell’ISAG*, 5(2).
3. Aras, I., & Sagıncı, F. (2025). Gulf countries’ Palestine policy and Jerusalem: So close and yet so far. *Polish Journal of Political Science*, 11(2).
4. Arms Control Association. (n.d.). The Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) at a glance.
5. Azizi, H. (2022). Integration of Iran-backed armed groups into the Iraqi and Syrian armed forces: Implications for stability in Iraq and Syria. *Small Wars & Insurgencies*, 33(3).
6. Barzashka, I., & Oelrich, I. (2012). Iran and nuclear ambiguity. *Cambridge Review of International Affairs*, 25(1).
7. B’Tselem. (2024). Welcome to Hell: The Israeli Prison System as a Network of Torture Camps.
8. Constitute Project. (n.d.). Constitution of the Islamic Republic of Iran (1989).
9. Fakhro, E. (2024). *The Abraham Accords: The Gulf States, Israel, and the limits of normalization*. Columbia University Press.
10. Foreign Policy. (2014, October 23). Wellen, R. Ayatollah Khomeini may have been savage, but he drew the line at nukes.
11. Gulf Cooperation Council. (n.d.). Member States.
12. GCC-Stat. (n.d.). GCC Statistical Centre Portal.
13. Hamilton, R., & Milaninia, N. (2026, July 23). Before the Assembly: The removal vote and the question of fitness for office. *Just Security*.
14. Human Rights Watch. (2026). *World Report 2026: Israel and Palestine*.
15. International Atomic Energy Agency. (n.d.). Atoms for Peace speech & Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT).

16. International Monetary Fund. (2026, March 30). How the war in the Middle East is affecting energy, trade, and finance.
17. Levitt, M. (2006). *Hamas: Politics, charity, and terrorism in the service of jihad*. Yale University Press.
18. Mearsheimer, J. J. (2003). *The tragedy of great power politics*. W. W. Norton & Company.
19. Mearsheimer, J. J., & Rosato, S. (2023). *How states think: The rationality of foreign policy*. Yale University Press.
20. Middle East Council on Global Affairs. (n.d.). Iran's role in the Yemen war: Real influence and regional gains.
21. Mohammad Nia, M. (2010). *Understanding Iran's foreign policy: An application of holistic constructivism*.
22. Morgenthau, H. J., Thompson, K. W., & Clinton, W. D. (1985). *Politics among nations: The struggle for power and peace*. Knopf.
23. Morris, B. (2008). *1948: A history of the first Arab Israeli war*. Yale University Press.
24. Nuruzzaman, M. (2012). *Conflicts between Iran and the Gulf Arab States: An Economic Evaluation. Strategic Analysis*.
25. Organization of Islamic Cooperation. (2024, May 5). Resolution on the issue of Palestine and Al-Quds Ash-Sharif adopted by the 15th Session of the Islamic Summit Conference, Banjul, Gambia.
26. Palestine Chronicle. (2025, December 21). "If Palestine dies, humanity dies": The critical case for Palestinian solidarity with South America.
27. PBS NewsHour. (2015). Gulf Arabs welcome Iran nuke deal, seek assurance.
28. Sen, G. (2016). *The prospects of constructive engagement in Iran-GCC relations: The Levant dimension*.
29. Shanahan, R. (2009). *The Gulf states and Iran: Robust Competitors or Interested Bystanders?* Lowy Institute.
30. Sirjani, F. S. (2013). Iran's nuclear fatwa. *Iranian Review of Foreign Affairs*, 4(2).

31. Trading Economics. (n.d.). Saudi Arabia crude oil production.
32. UNICEF. (2025). State of Palestine Humanitarian Situation Report.
33. United Nations. (n.d.). The Question of Palestine & Resolutions 181, 242, 1696, 1737.
34. Valbjørn, M., Bank, A., Darwich, M. (2024). Forward to the Past? Regional Repercussions of the Gaza War. *Middle East Policy*, 31: 3–17.
35. Washington Institute for Near East Policy. (n.d.). Profile: Badr Organization.
36. Wendt, A. (1999). *Social theory of international politics*. Cambridge University Press.
37. Whiteley, P. (1995). Rational choice and political participation: Evaluating the debate. *Political Research Quarterly*.
38. Windward. (n.d.). The Bab el-Mandeb Strait.
39. World Bank. (n.d.). Iran Country Overview.
40. Zimmerman, W. (2017). *The shaping of foreign policy*. Routledge.

M●NITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



@monitordooriente



@monitordooriente



/monitordooriente



/monitordoorient
